A FORMAÇÃO POLÍTICA DE PORTUGAL E OS AGENTES EXTERNOS

Manuel Gonçalves Martins

A FORMAÇÃO POLÍTICA DE PORTUGAL E OS AGENTES EXTERNOS

Existem bastantes opiniões sobre os agentes que favoreceram a formação política de Portugal. Umas insistiram sobre o influxo determinante do factor geográfico; outras realçaram a influência dos caracteres psíquicos e somáticos, da cultura, etc.; e outras defenderam a importância decisiva da vontade e da actuação decidida das pessoas. Apesar disso essas sentenças não explicaram convenientemente o aparecimento de Portugal Independente. Os factores sócio-geográficos, pensamos, possibilitaram a intervenção de homens e de grupos. Mas estes agentes adquiriram o projecto político e actuaram condicionados intensamente pelos factores externos (1). O esquema da nossa análise é o seguinte:

1. O influxo dos factores sócio-geográficos.
   a. As características geográficas.
   b. Os caracteres psíquicos e somáticos.
   c. Outros alicerces.
      1) A cultura.
      2) A homogeneidade linguística.
      3) Os conventos jurídicos romanos.

2. A intervenção das pessoas.
   a. O povo.
   b. Os *leaders*.

(1) Manuel Gonçalves MARTINS, *A evolução do império português e a conjuntura internacional*. Dissertação para as provas de doutoramento em Relações Internacionais, Universidade do Minho, 1983, pp. 18-68.

3. A influência dos agentes externos.
   a. O Papado.
   b. A Ordem de Cluny.
   c. A França.
   d. Os reinos cristãos do Norte da Europa.

1. *O INFLUXO DOS FACTORES SÓCIO-GEOGRÁFICOS*

A Lusitânia antiga, afirmaram alguns analistas, encontra-se vinculada ao Portugal moderno e os portugueses são os descendentes dos lusitanos. Os companheiros de Viriato, continuaram, são os antepassados directos dos portugueses e Portugal prolonga historicamente a Lusitânia (2).

Estas sentenças revelam opiniões bastante variadas sobre os motivos da formação política de Portugal. Seguem alguns desses pareceres.

a. *As características geográficas*

Alguns autores apresentaram o factor geográfico como razão explicativa do aparecimento de Portugal Independente politicamente (3). Silva Teles disse que a autonomia geográfica do território português foi o factor mais importante «na... formação política» de Portugal (4). Jaime Cortesão afirmou que a «costa e o fundo dos estuários» portugueses foram «elementos decisivos» na formação política do reino (5). Nos primórdios da nacionalidade portuguesa, esclareceu este autor, os habitantes de Portugal efectuaram esforços para aproveitarem as possibilidades atlânticas do territó-

(2) Estas opiniões, observou Alexandre Herculano, encontram-se nas obras de Cataldo Sículo, Pedro Margalho, Ayres Barbosa, Henrique Cayado, Garcia de Menezes, André de Resende e Bernardo de Brito (Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Tomo I, Lisboa, em Casa da Viúva Bertrand e Cia., 1875, pp. 7-11).

(3) Esta sentença apareceu em 1876. Ver: Elisée RECLUS em: *Nouvelle Geographie Universelle. La terre et les hommes*, Vol. I, Paris, Hachette, 1876, p. 917.

(4) Silva TELES, Portugal. Introdução geográfica, em: *Notas sobre Portugal*, Vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 2-3.

(5) Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 58.

rio «voltado para o mar», utilizando e explorando as aptidões inerentes à situação geográfica e as vantagens da posição no sudoeste da Europa. Ora, concluiu Cortesão, ao realizarem esses esforços, esses habitantes forjaram a «individualidade nacional» do País ([6]). Segundo Teófilo Braga a Nação Portuguesa foi a consequência do meio cósmico, e a vertente ocidental da península hispânica habitada pelos lusitanos conservou as características que originaram a nacionalidade portuguesa ([7]). Ricardo Severo lembrou que os «acidentes geográficos» marcaram continuadamente a «fronteira luso-castelhana» e conduziram à formação de Portugal ([8]).

Esta sentença categórica foi atacada por outros analistas. Uns destes autores expressaram-se de forma mais moderada. Luís Schwalbach, por exemplo, afirmou que os factores geográficos apoiaram poderosamente a individualização política de Portugal; mas Schwalbach admitiu a influência de outros agentes ([9]). O parecer deste investigador foi aceite por Martins Afonso e António Sérgio ([10]). Segundo Oliveira Martins a formação política de Portugal não obedeceu às ordens da geografia ([11]). «Sob o ponto de vista da geografia física, explicou Mendes Correia, a individualidade de Portugal «não é absoluta» e deve-se admitir a «conexão territorial» entre Espanha e Portugal ([12]). Por isso, afirmou Alexandre Herculano, a formação política de Portugal não tem fundamento geográfco ([13]).

Nó afirmamos que a independência política de Portugal não se deveu fundamentalmente aos factores geográficos. No século XII Portugal, geograficamente, era simplesmente «destacável e susceptível de separação» das outras

([6]) Jaime CORTESÃO, *Os descobrimentos portugueses,* Vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 198.

([7]) Teófilo BRAGA, *História da literatura portuguesa,* Vol. I, Idade Média, Porto, Editores Livraria Chardron, 1909, pp. 12-13.

([8]) Ricardo SEVERO, *Origens da nacionalidade portuguesa,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 8-11, 49.

([9]) Luís SCHWALBACH, *Portugal Continental. Alguns problemas geográficos,* Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1933, pp. 26-28.

([10]) A. Martins AFONSO, *História da civilização portuguesa,* Porto, Porto Editora, pp. 66 ss.; António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal,* Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, pp. 24-29; *Breve interpretação da história de Portugal,* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1976, p. 15.

([11]) Oliveira MARTINS, *História de Portugal,* Lisboa, Guimarães Editora. 1972, pp. 29, 35.

([12]) Mendes CORREIA, *Os povos primitivos da Lusitânia. Geografia, Arqueologia, Antropologia,* Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, 1924, p. 22.

([13]) Alexandre HERCULANO, *História de Portugal,* Vol. I, ob. cit., p. 16.

partes da Península Ibérica. É a sentença expressa por Ferraz de Carvalho e Paulo Merea ([14]). Ao aceitar este parecer defendemos que a geografia era propícia à conquista da Independência nacional e os factores geográficos actuaram como pressupostos que facilitaram a formação e o desenvolvimento da nacionalidade portuguesa e do Reino de Portugal.

b. *Os caracteres psíquicos e somáticos*

Outros estudiosos analisaram os caracteres psíquicos e somáticos dos portugueses e dos outros povos da Península, realçaram a diferença existente entre esses povos e, alicerçados nessa diferença, procuraram explicar o aparecimento de Portugal Independente. António Sardinha e Martins Afonso evidenciaram a diversidade dos psiquismos castelhano e português ([15]); e Oliveira Martins disse que devemos admitir a «originalidade colectiva do povo português» ([16]). Outros autores insistiram sobre a influência das características somáticas. Não se esqueça, afirmou Fonseca Cardoso, que «a população portuguesa é dolicocéfala e a população castelhana é mesaticefálica ([17]).

Esta explicação foi rejeitada por bastantes pensadores. A origem da nacionalidade portuguesa, defendeu António Sardinha, «não reside... na maior dolicocefalia» dos lusitanos em face dos celtiberos ([18]). As tentativas para descobrir a raça portuguesa, recordou Oliveira Martins, falharam ([19]). Por isso, concluíram, a formação política de Portugal também não se explica recorrendo à «unidade étnica».

([14]) Ferraz de CARVALHO, Portugal, em: *Geografia Universal*, p. 560; Paulo MEREA, De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique, em: *Biblos*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XIX, Coimbra Editora, 1943, pp. 61-62.

([15]) António SARDINHA, O território e a raça, em: *A questão Ibérica*, Lisboa, 1916, p. 49; A. Martins AFONSO, ob. cit., p. 68.

([16]) Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, ob. cit., p. 18.

([17]) Ver: Damião PERES, *Como nasceu Portugal*, Porto, Portucalense Editora. 1970, p. 30.

([18]) António SARDINHA, *A aliança peninsular. Antecedentes e possibilidades*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1924, p. 94.

António *SARDINHA* chegou a defender esta opinião. Ver: O território e a raça, em: *A questão ibérica*, ob. cit., pp. 50-52.

([19]) Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, ob. cit., pp. 22,25.

c. *Outros alicerces*

Outros investigadores defenderam a influência da cultura, da homogeneidade linguística e dos conventos jurídicos romanos.

1. A cultura portuguesa, disseram alguns, tem um passado remotíssimo e liga os portugueses às populações pré-romanas (20). Nos povos «da faixa ocidental da Península Ibérica», escreveu Martins Afonso, existem, desde tempos antiquíssimos, «aspectos culturais» muito diferentes dos aspectos culturais dos outros povos (21). Não se esqueça, observou Mendes Correia, que a «alma portuguesa... é a continuação da alma lusitana... fortalecida com elementos da civilização» romana (22).

Mas, a cultura recordada por esses autores estendia-se a regiões e populações não incluídas no Portugal formado no século XII. Esses analistas falaram da cultura do grupo geográfico-cultural galaico-português que transcendia os seus limites. Na verdade, afirmamos com Alexandre Herculano, é quase impossível relacionar a cultura dos portugueses com a cultura dos lusitanos ou das outras raças ou tribos que habitaram na Península Ibérica (23). Esta opinião também foi aceite por António Sérgio (24). Por isso a formação política de Portugal também não se explica convenientemente recorrendo à originalidade da cultura portuguesa.

2. Outros estudiosos lembraram o influxo da homogeneidade linguística existente no ocidente da Península Ibérica. Esta homogeneidade, disseram, ajuda a compreender a formação política de Portugal. De facto, explica-

(20) Ver: Alberto SAMPAIO, *Estudos históricos e económicos*, Vol. I, Porto, Livraria Chardron, 1923, pp. 7-369; Joaquim de CARVALHO, *A cultura gastreja. Sua interpretação sociológica*, Separata do n.º 99 da revista *Ocidente*, Lisboa, 1946, pp. 6-20; Orlando RIBEIRO, *La formation du Portugal*, Conférence, Bruxelles, 1939; Damião PERES, *Como nasceu Portugal*, ob. cit., pp. 35-36.

(21) A. Martins AFONSO, ob. cit., p. 69.

(22) Mendes CORREIA, *Os povos primitivos da Lusitânia. Geografia, Arqueologia, Antropoloiga*, ob. cit., p. 142.

(23) Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Vol. I, ob. cit., p. 30.

(24) António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, ob. cit., p. 24.

ram, a base da língua portuguesa pertence ao grupo das línguas românicas e proveio do latim falado na Península pelos colonos e soldados romanos durante a romanização. Posteriormente a língua falada na Hispânia foi o latim vulgar ou popular, transformado a seguir em romances ou dialectos. Desta forma surgiu o romance galaico-português falado na parte ocidental da Hispânia e chamado romance ocidental. Ora, insistiram alguns autores, o Estado Português surgiu dentro da área dominada por esse dialecto ou romance ocidental. No século X, afirmou Jaime Cortesão, já existia «um único romance» na parte ocidental da Península e esse romance favoreceu o aparecimento da nacionalidade e a formação política de Portugal ([25]).

Apesar disso, observamos, a fronteira portuguesa não se adaptou completamente aos limites desse único romance do ocidente peninsular; e, na data da formação política de Portugal, na parte ocidental da Península, não existia uma zona linguística com características verdadeiramente diferentes do romance românico do Ocidente, capaz de originar e desenvolver a verdadeira nacionalidade ([26]).

3. Segundo outros escritores o reino de Portugal foi o resultado dos conventos jurídicos romanos existentes no ocidente da Península. «Esses conventos e a organização diocesana seguinte, disseram, originaram a formação política de Portugal» ([27]). Jaime Cortesão também admitiu esta influência ([28]).

Mas, observamos com outros autores, a administração romana também foi seguida por organismos políticos e eclesiásticos bastante diferen-

([25]) Jaime CORTESÃO, *Factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., pp. 48-49.

([26]) Ver: Damião PERES, *Como nasceu Portugal*, ob. cit., p. 34; Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, ob. cit., p. 25.

([27]) Ver: Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1948, p. 28.

([28]) Segundo Jaime Cortesão, a transformação do núcleo social que originou a nação portuguesa possuiu três fases encadeadas umas nas outras: a lusitana marcada pela «ocupação do solo por uma população perdurável», a romana notável pela formação das linhas do «povoamento com tendência atlântica e prefiguração do Estado», e a galaico-moçárabe conhecida pelo aparecimento dos «primeiros elementos nacionais: a língua e a urbanização nos estuários». Por isso, concluiu Jaime Cortesão, antes que o governo do Condado Portucalense fosse entregue a D. Henrique já existia uma população arrumada no território e apta a obter a individualidade política (Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., pp. 32-33, 57. Em *Os descobrimentos portugueses*, Vol. I, ob. cit., p. 191 ss., Jaime Cortesão esclarece o seu pensamento.

tes. De facto, observou Damião Peres, o reino dos suevos abrangeu os conventos escalabitano, bracarense e austuriense e não incluiu o convento pacence; e a diocese de Braga «ultrapassou o limite do respectivo convento romano» e integrou o território bragantino ([29]). Não admira. Seria estranho que durante o período existente entre a administração romana na Península e a formação política de Portugal tivessem permanecido inalteráveis as condições que favoreceram o aparecimento da divisão administrativa romana; e que, se essas circunstâncias tivessem mudado, não tivessem originado outras instituições. Defendemos que os limites definitivos de Portugal resultaram da intervenção de inúmeras forças vitoriosas.

Por isso a formação política de Portugal não se alicerçou unicamente nos factores sócio-geográficos ([30]). Estes factores, afirmamos com Luís Vieira Castro, predispuseram o «particularismo português» a obter a sua independência política ([31]); mas não foram suficientes para conseguir a verdadeira diferenciação nacional e a independência da pátria. De facto, defenderam outros autores, este resultado admirável deve-se à vontade expressa e à actuação decidida das pessoas.

2. *A INTERVENÇÃO DAS PESSOAS*

Bastantes investigadores, dissemos, atribuíram a formação política de Portugal à vontade, expressa e decidida a obter a independência, de alguns governantes do Condado Portucalense e dos habitantes existentes no território do futuro reino de Portugal. O reino português, insistiram alguns, foi formado graças à vontade e ao esforço de seus primeiros prín-

([29]) Damião PERES, *Como nasceu Portugal*, ob. cit., p. 37.

([30]) Também não se pode defender a transição natural dos lusitanos aos portugueses. De qualquer modo, afirmou A. Herculano, se o facto de os lusitanos terem habitado numa parte do território português permitir afirmar que são antepassados dos portugueses, não se deve esquecer que os andaluzes e os galegos também podem dizer o mesmo (Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Vol. I, pp. 46-47). O Conde de ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 462, nota K, também desenvolveu esta opinião.

([31]) Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, Funchal, Tipografia Esperança, 1938, p. 14.

cipes e barões. Estes, para atingirem os seus objectivos políticos, recorreram à revolução e à conquista e, continuaram outros, encontraram a resposta eficaz das populações do Condado Portucalense.

a. *O povo*

Nos primórdios da formação política de Portugal, observaram alguns autores, os habitantes de aquém do rio Minho distinguiram-se por desejarem a independência política e empurrarem nessa direcção os ânimos de seus chefes. Sanchez Albornoz recordou o «sentimento localista» dos portucalenses e a sua animosidade contra os galegos ([32]). Mas, observou Jaime Cortesão, a sua aversão era mais forte contra os castelhanos e os leoneses de quem pretendiam independizar-se ([33]). De facto, disse António Sérgio, Portugal conseguiu a independência política porque os portugueses ([34]) quiseram ([35]). Por isso, insistiu Jaime Cortesão, «a vontade de não ser Castela, ou melhor, a vontade de ser ele próprio», foi o principal factor da independência política de Portugal ([36]). Esta opinião também foi defendida por Martin de Albuquerque. Segundo este autor, os portugueses lutaram desde muito cedo para conseguirem a independência política do seu país ([37]).

Apesar disso, afirmaram outros investigadores, a vontade e a actuação dos portucalenses não bastou para conseguir a independência política de Portugal. Martin de Albuquerque também recordou a existência de «laços de atracção ou convergência» a unirem esses povos aos habitantes dominados e abandonados por influência de outros factores ([38]). Por isso, insistiram alguns, também foi necessária a vontade e o impulso de seus chefes.

([32]) Sanchez ALBORNOZ, Portugal un azar histórico, em: *España, un enigma histórico*, 1957.

([33]) Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., p. 252.

([34]) Os portugueses recordados por António Sérgio foram os membros da classe que naquele tempo dominou e traçou os limites do Estado Português (Ver: António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, ob. cit., pp. 35-36).

([35]) António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, ob. cit., pp. 35-36.

([36]) Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., p. 255.

([37]) Martin de ALBUQUERQUE, *A consciência nacional portuguesa*, Vol. I, Lisboa, 1974, p. 271 ss.

([38]) Martin de ALBUQUERQUE, *A consciência nacional portuguesa*, Vol. I, ob. cit., pp. 218-223.

b. Os *leaders*

Outros autores realçaram a intervenção dos primeiros governantes do Condado Portucalense. Estes, disseram, desde o início da sua actuação, possuíram um verdadeiro projecto político e procuraram concretizá-lo corajosamente. Esta sentença foi defendida por, entre outros, António Sérgio e Alexandre Herculano ([39]). De facto, explicaram, principalmente após a Batalha de Zalaca (1086), comparceram na Península Ibérica senhores, cavaleiros e condes de Aquitânia, Borgonha e Normandia para lutarem contra os muçulmanos e defenderem os príncipes cristãos em dificuldade (Cruzadas do Ocidente). De entre essas personagens notabilizou-se D. Henrique — irmão do duque de Borgonha e primo de D. Raimundo (filho do conde de Borgonha) —, o qual — obtendo esse prémio para recompensar os seus serviços — casou com D. Teresa — filha de D. AfonsoVI — e recebeu a região situada entre os rios Minho e Douro (Portucale). Posteriormente, esse conde conseguiu o território de Coimbra e, em 1097, começou a governar a «Província Portucalense», desde o Minho ao Tejo.

O Condado Portucalense, continuaram os autores, foi concedido a D. Henrique de forma vitalícia e hereditária. De facto documentos da época falam da doação utilizando as fórmulas «pro sua hereditas» e «jure haereditário». Mas D. Afonso VI não suprimiu a subordinação de vassalagem. Ora D. Henrique resolveu formar um Estado Independente. Manifestou esta decisão ao procurar organizar no Condado a Igreja cristã independente da Igreja cistã existente em Castela. Segundo pensava, e de acordo com as convicções da época, a autonomia eclesiástica devia ser o primeiro passo para obter a independência política. Por isso, após diversas iniciativas, em 1103 conseguiu que o Sumo Pontífice elevasse o arcebispado de Braga a Sé Metropolitana e lhe concedesse, como sufragâneos, os bispados galegos e as dioceses de Coimbra, Porto, e, apesar de não estarem restauradas, Viseu e Lamego.

D. Teresa (1112 - 1128) aproveitou-se das discórdias existentes entre D. Urraca, D. Afonso I de Aragão (esposo de D. Urraca) e D. Afonso Raimundes (filho de D. Urraca) e também procurou alargar o território do

([39]) Ver: António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, ob. cit., p. 24; Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, ob. cit., pp. 47-48.

Condado e obter a sua independência política. Por isso em 1121 começou a chamar-se «Rainha» ([40]).

D. Afonso Henriques avançou decididamente nessa direcção. Insurgiu-se contra o denominado «Imperador das Espanhas» — D. Afonso VII —, atacou os mouros e, renovando a política eclesiástica de seu pai — conde D. Henrique —, procurou formar em Portugal uma Igreja Independente das outras Igrejas e dos outros Estados da Península. Para isso negociou insistentemente com a Cúria Romana. Por isso, o Papado, depois de D. Afonso Henriques habilmente — para atrair a benevolência do Papado — ter fundado alguns conventos (Santa Cruz de Coimbra — 1131 —, etc.), favorecido os cistercienses, etc., reconheceu a unidade da Igreja Portucalense orientada pelo Metropolita de Braga (1138). D Afonso VII, rei de Leão, em 1140, depois das batalhas de Ourique e Val-de-Vez, também aceitou — de facto — a Independência Política de Portugal; e em 1143, durante a Conferência de Zamora e diante do cardeal legado — Guido Vico —, reconheceu — de direito — essa independência.

Posteriormente, D. Afonso Henriques insistiu para superar definitivamente as vacilações da Cúria Romana. Para isso, restaurou os bispados de Lamego e Viseu, fez algumas doações aos Templários, conquistou Santarém e Lisboa, mandou sagrar o cruzado Gilberto para bispo de Lisboa, etc. Por isso o Papado desligou as dioceses portuguesas do Primaz de Toledo e reconheceu solenemente Portugal como Reino Independente politicamente (1197).

Por estas razões, defenderam alguns autores, o Reino de Portugal surgiu graças à vontade e ao esforço de seus primeiros príncipes e barões. Estes, continuou Alexandre Herculano, para conseguirem os seus objectivos, até recorreram à revolução e à conquista ([41]). Na verdade, acrescentou Oliveira Martins, quando se observa «o retalho da Península Ibérica» chamado Portugal, compreende-se imediatamente que as «tendências da natureza» foram superadas pela determinação dos homens instalados onde conseguiram levar as suas espadas. Por isso, prosseguiu O. Martins, «as fronteiras de Portugal» oscilaram à mercê das guerras com Castela, Leão e os

([40]) Mas, sobretudo a sua política eclesiástica, prejudicou a sua pretensão. No seu tempo Santiago de Compostela passou a ser Arcebispado Metropolitano, Coimbra foi entregue a este arcebispado e desapareceu a união entre as dioceses do Condado. Quando em 1128 (Batalha de S. Mamede: Guimarães) D. Afonso Henriques se apoderou do poder político, quase não existia a autonomia da Igreja Portucalense.

([41]) Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, ob. cit., pp. 47-48.

Sarracenos ([42]). De facto, concluiu Alfredo Pimenta, a formação política de Portugal deve-se aos «esforços do rei» para fortalecer a sua independência política frente a Castela e extirpar do território o domínio mourisco ([43]). Esta opinião recebeu o nome de «Teoria do Acaso» e, com variantes mais ou menos acentuadas, também foi aceite por, entre outros, Amorim Girão e Sanchez Albornoz ([44]).

Mas esta sentença também foi rejeitada por bastantes analistas. A independência política de Portugal, afirmou António Sardinha, teve «as suas raízes em circunstâncias mais fortes» do que a vontade e a ambição dos príncipes portugueses ou o capricho do acaso ([45]). Por isso, continuou Jaime Cortesão, nem Alexandre Herculano e nem Oliveira Martins apoiaram a verdade objectiva ([46]). A formação política de Portugal, pensamos, dependeu de factores individuais existentes nas populações e nos primeiros príncipes portugueses preocupados em realizarem um projecto político. Mas este projecto e a sua execução surgiram condicionados, sobretudo por factores exógenos.

3. *A INFLUÊNCIA DOS AGENTES EXTERNOS*

O projecto político concretizado na independência de Portugal surgiu condicionado pelos factores externos existentes no Ocidente em formação; e, mais claramente, a independência do Condado Portucalense

([42]) Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, ob. cit., pp. 30, 34; *História da civilização ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 1973, pp. 21-33.

([43]) Alfredo PIMENTA, *Elementos da história de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934, p. 58. Portugal, afirmou A. Pimenta, começou «com a vitória de S. Mamede» (Alfredo PIMENTA, *A fundação e a restauração de Portugal*, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Guimarães, composto e impresso no Centro Tip. Colonial, 1940, p. 12.

([44]) Amorim GIRÃO, Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal, em: *Biblos*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1935, pp. 431-432; Sanchez ALBORNOZ, Portugal, un azar histórico, em: *España un enigma histórico*.

([45]) António SARDINHA, *A aliança peninsular*, ob. cit., p. 104.

([46]) Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., p. 57. Jaime Cortesão criticou bastante pormenorizadamente as opiniões de Américo de Castro e Nicolás Sanchez-Albornoz (Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., p. 247 ss.) Paulo Merea afirmou que a origem da formação política de Portugal é muito anterior à intervenção do conde D. Henrique (Paulo MEREA, De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique, em: *Biblos*, Vol. XIX, p. 53 ss.).

foi conseguida sob o influxo da política executada na Europa e explicitada na Península Ibérica. Por isso, afirmamos com Luís Vieira de Castro, Portugal foi «um produto da equação internacional» ([47]).

Esclarecemos esta opinião recordando o panorama político existente na Europa daquele tempo. No centro, após no século IX o desmembramento do Império de Carlos Magno e no século X as invasões dos normandos, tinham surgido senhorios independentes e Estados pequenos; nos países alemães, a questão das investiduras entre o Imperador Henrique IV e o Papa Gregório VII tinha favorecido a revolta e a soberania quase completa de muitos barões; a Inglaterra estava governada por Guilherme, duque da Normandia e vassalo ameaçador do rei de França; esta potência, sob o governo dos Capetos, encontrava-se divididia em bastantes condados e ducados; a Península Italiana estava partilhada em Estados minúsculos e cidades independentes e inimigas; e a Península Ibérica permanecia repartida em vários reinos. Durante esse período, excluído o Papado, cuja autoridade tinha aumentado pouco a pouco, nenhuma Comunidade política Europeia se manifestou verdadeiramente poderosa ([48]).

Esta Europa, dividida e enfraquecida, estava ameaçada. No Ocidente existiam os serracenos, fortalecidos com os almorávidas do Norte de África. Séculos após a Batalha de Covadonga (718) tinham recomeçado os combates contra os muçulmanos. Estes, depois de D. Afonso VI de Leão e Castela ter conquistado a cidade de Toledo (1085), tinham vencido espectacularmente na Batalha de Zalaca (1086). Nesta ocasião D. Afonso VI sofreu uma derrota tremenda e escapou com bastante dificuldade. No Oriente, perto de Constantinopla, actuavam os turcos seldjúcidas, oriundos da região do Aral e do Cáspio. Por isso o Imperador Aleixo Comneno de Constantinopla solicitou a ajuda do Papa Urbano II e este pontífice, nos

([47]) Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, ob. cit., p. 12; ver também: Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*. Estudo de geopolítica, Instituto da Defesa Nacional, edição da revista *Nação e Defesa*, pp. 14, 16-17.

([48]) A Cúria Romana enfrentou muitas dificuldades durante o século de ferro da Igreja. Mas, graças às iniciativas de João XII (955-964), Leão IX (1049-1054) e Gregório VII (1073-1085) restabeleceu o seu prestígio. Este papa lutou contra as pretensões do Imperador Henrique IV da Alemanha e afirmou vigorosamente a supremacia do pontífice romano sobre o Império do Ocidente (Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 67-69).

concílios de Placência e Clermont (1095), exortou as nações cristãs a unirem as suas forças e combaterem contra o islamismo. A partir de então sobretudo, a luta dos incipientes Estados da Europa tomou um cariz religioso e as cruzadas do Oriente e do Ocidente apresentaram às forças ocidentais e cristãs a oportunidade para, corajosamente, consolidarem e expandirem as suas esferas de influência.

A intervenção destes poderes — ocidentais e cristãos — na parte ocidental da Península Ibérica, suscitou e fortaleceu a existência política de Portugal (49). Compreende-se este assunto lembrando a actuação da Cúria Romana, da Ordem Beneditina de Cluny, da França e dos Reinos Cristãos do Norte da Europa.

a. *O Papado* (50)

O Papado foi o factor externo mais importante e influente na formação política de Portugal. Naquele tempo o reconhecimento ou a não aceitação dos Estados pela Cúria Romana era importantíssimo. Por esta e outras razões apresentadas adiante, os primeiros governantes do Condado Portucalense procuraram obter o seu apoio, e este foi concedido e actuou como verdadeiro estímulo. Esta questão é complicada e os analistas dividiram as suas opiniões sobre o assunto. Mas, pensamos, a influência da Cúria Romana sobre os primeiros dirigentes portugueses foi positiva e, aliada a outras forças, conseguiu a existência política de Portugal. Por isso o novo Estado aderiu claramente à sua esfera de influência.

(49) Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, ob. cit., pp. 12, 52; Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 67-69; *História da Igreja*, Lisboa União Gráfica, 1952, pp. 144, 150; A. Martins AFONSO, ob. cit., pp. 60-61.

A formação da nacionalidade portuguesa também se encontra vinculada à civilização muçulmana e às características dos moçárabes, normandos e judeus (ver: Jaime CORTESÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, ob. cit., pp. 44, 51, 55; *Os descobrimentos portugueses*, Vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 203-217). Mas estas influências actuaram numa época distante e por isso não se nos apresentaram como determinantes.

(50) Carl ERDMANN, *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935, pp. 4, 11, 15, 17, 26, 35-40, 50, 52-53, 76; Luís Vieira de CASTRO, ob. cit., p. 69; A. Martins AFONSO, ob. cit., pp. 73-75; Miguel de OLIVEIRA, *História da Igreja*, ob. cit., pp. 151-155; *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 115-116.

Os esforços efectuados pelos primeiros *leaders* portugueses procuraram obter a jurisdição civil e a autonomia eclesiástica porque, segundo as convicções da época e as circunstâncias da Península Ibérica, não podiam ser dissociadas. Naquele período o poder político existente no Condado estava dependente do Reino de Leão e Castela, primeira potência da Península; e a autoridade eclesiástica estava subordinada ao Arcebispo de Toledo (capital do reino), desde o dia 15 de Outubro de 1088 Primaz e Chefe do episcopado peninsular. Esta circunstância dificultou a obtenção da autonomia da Igreja Portucalense e embaraçou a formação política de Portugal. Mas, apesar das inúmeras oscilações e aparentes contradições manifestadas, em geral os primeiros governantes espirituais e temporais do Condado Portucalense seguiram os impulsos do Papado e conseguiram os seus objectivos ([51]). De facto, como afirmamos nas páginas precedentes, sobretudo D. Henrique (1095-1112) e D. Afonso Henriques (1128-1185) procuraram obter a independência política do Condado e a autonomia da sua Igreja. Por isso D. Henrique em 1103 conseguiu que o Papa elevasse o arcebispado de Braga a Sé Metropolitana; e D. Afonso Henriques obteve a independência política e religiosa de Portugal. Este governante procurou vencer a oposição dos arcebispos de Toledo e Compostela e, especialmente, ganhar a benevolência do Papado. Para isso favoreceu a vida monástica; fundou os mosteiros de S. Cristóvão de Lafões e Santa Cruz de Coimbra; entregou como tributários à Cúria Romana os mosteiros de S. Rufo, S. Salvador de Grijó e Santa Cruz de Coimbra; apoiou os monges cistercienses (em 1139 fundaram o mosteiro de S. João de Tarouca e espalharam-se pelo País); conquistou bastantes territórios para a Cristandade (Santarém, Lisboa, etc.); facilitou a sobrevivência dos bispados de Coimbra, Lamego, Viseu e Lisboa; em 1158-1159 concedeu privilégios importantes aos Templários; em 1166 apoderou-se de Évora e entregou o seu bispado a D. Soeiro; e, sobretudo, fez o Juramento de Vassalagem à Cúria Romana.

([51]) Os prelados peninsulares, metropolitas ou isentos, reagiram contra os poderes e a intervenção do Primaz de Toledo. Por isso multiplicaram os contactos com a Santa Sé e procuraram convencer o Papado a satisfazer as suas reivindicações. Por estes motivos, no Condado Portucalense distinguiram-se sobretudo os bispos D. Pedro (1070-1093) e D. Geraldo (1096-1109) e os arcebispos D. Maurício (1109-1118), D. Paio (1118-1138) e D. João Peculiar (1138-1175) (Carl ERDMANN, ob. cit., pp. 4, 11-78; Luís Vieira de CASTRO, ob. cit., p. 69).

Por isso o Papado, compreendendo e aceitando a seriedade, rectidão e viabilidade do seu projecto, favoreceu os intentos dos *leaders* portugueses ([52]): concedeu a autonomia à Igreja Portucalense ([53]). E aceitou o juramento de vassalagem, pelo qual D. Afonso Henriques, segundo a carta «Claves Regni», ofereceu ao Papado a terra portucalense e — por si e por seus sucessores — se comprometeu a pagar à Cúria Romana o censo anual de quatro onças de ouro ([54]). Com essas determinações a

([52]) Os obstáculos apresentados pelo Papado contra o reconhecimento da independência religiosa e política de Portugal devem receber esta interpretação (apesar do parecer em contrário de Carl Erdmann: Carl ERDMANN, *O Papado e Portugal no primeiro século de história portuguesa*, ob. cit., p. 4). A Cúria Romana não apoiou o particularismo existente no Condado Portucalense contra a unidade religiosa e política peninsular, enquanto ele não provou a sua seriedade e viabilidade. Quando as condições do Condado se manifestaram verdadeiramente favoráveis à formação política de Portugal, as dificuldades desapareceram e surgiu o apoio e a protecção da Santa Sé.

([53]) A autonomia da Igreja Portucalense foi concedida, apesar das inúmeras oscilações dos papas. De facto, a Cúria Romana, em 1100, reconheceu (Pascoal II e o Concílio de Palência) os direitos metropolitanos de Braga; em 1101 convidou os bispos dependentes, segundo a tradição, a submeterem-se ao novo metropolita (não indicou claramente os nomes das dioceses sufragâneas); em 1103 reconheceu a Braga o título de Metrópole da Galiza e declarou-a responsável pelos bispados de Mondonedo, Porto, Astorga, Lugo, Orense, Tuy, Coimbra, Lamego e Viseu (o prelado de Braga continuou sujeito ao Primaz de Toledo); em 1114 anulou (Pascoal II) os direitos do arcebispo de Toledo sobre a província eclesiástica de Braga, concedeu a D. Maurício o título de arcebispo de Braga e reconheceu-o como metropolita e responsável unicamente perante a Cúria Romana; em 1121 libertou o arcebispo de Braga da obediência ao legado papal D. Diego de Compostela e confirmou-lhe todas as suas antigas dioceses sufragâneas; em 1135 determinou (Inocêncio II) que o bispado de Coimbra dependesse da jurisdição de Braga; em 1138 ordenou a passagem de todos os bispados do Condado para sufragâneos da metrópole bracarense (deste modo estabeleceu a unidade eclesiástica do Condado); em 1157 (Adriano IV) confirmou o privilégio metropolitano de Braga e entregou a esta arquidiocese as dioceses de Viseu, Porto, Coimbra e cinco dioceses espanholas, e não nomeou claramente o Primado de Toledo sobre Braga e por isso facilitou a contestação do arcebispo de Braga; em 1163 renovou (Alexandre III) o privilégio de metropolita do arcebispo de Braga e confirmou os sufragâneos deste prelado; e algum tempo depois, o cardeal Jacinto iliminou o problema do Primado de Toledo. Honório III concedeu a ambos os arcebispos — de Braga e de Toledo — o título de Primaz das Espanhas. Apesar disso, observou Miguel de Oliveira, o «ajustamento das circunscrições eclesiásticas à divisão política efectuou-se unicamente em 1393» (Miguel de OLIVEIRA, *História da Igreja*, ob. cit., p. 155; ver também pp. 151-154; Carl ERDMANN, ob. cit., pp. 15-78; A. Martins AFONSO, ob. cit., p. 73.

([54]) D. Afonso Henriques, em 1143, depositou nas mãos do cardeal Guido Vico, legado do papa, o juramento de Vassalagem à Cúria Romana e «encomendou o seu território a S. Pedro e à Igreja de Roma (Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., p. 115; A. Martins AFONSO, ob. cit., p. 75; Miguel de OLIVEIRA, *História da Igreja*, ob. cit., p. 153).

Santa Sé reconheceu a independência política de Portugal e, segundo as condições apresentadas por D. Afonso Henriques quando fez o seu juramento — não aceitar poderes (temporais e/ou espirituais) diferentes da Cúria Romana e esta o defender e proteger a sua terra contra as outras autoridades — aceitou o seu enfeudamento. Portugal ficou obrigado a pagar à Santa Sé o tributo anual ([55]), passou a pertencer a S. Pedro e foi colocado dentro da esfera de influência do Papado. Apesar de Lúcio II na carta «Devotionem Tuam» (1144) enviada a D. Afonso Henriques não ter indicado o enfeudamento de Portugal ao Papado, nem a «total independência do seu território... de todos os poderes além do papa e do seu legado», lhe ter concedido unicamente o título de «dux portucalensis» e ter exigido ao arcebispo de Braga «submissão ao primaz de Toledo», Alexandre III, com a bula «Manifestis Probatum» (23 de Maio de 1179), reconheceu Portugal como reino pertencente a S. Pedro, D. Afonso Henriques como rei e, com seus sucessores, sob a protecção da Santa Sé. Desta forma o Papado reconheceu solenemente Portugal como Reino Independente politicamente e sob a protecção da Cúria Romana.

b. *A Ordem de Cluny* ([56])

A Cúria Romana influiu claramente na formação política de Portugal através da Ordem Beneditina de Cluny, e esta instituição favoreceu o influxo do Papado e também foi um dos factores decisivos para alcançar essa independência política ([57]). Naquela conjuntura essa ordem foi o

([55]) O tributo anual foi exigido claramente até ao reinado de D. Afonso IV (1338: bula «Cum Sicut»). Sisto IV ainda disse a D. João II (1483) que Portugal se tinha constituído «censual da Igreja Romana» (Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., p. 116).

([56]) Carl ERDMANN, ob. cit., p. 41; *Encyclopaedia Universalis*, Vol. 13, 1972, França p. 383, Luís Vieira de CASTRO, ob. cit., pp. 18, 24-32, 38-64, 81-82; Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 108-112, Américo CASTRO, *La realidad histórica de España*, México, Editorial Porrua, S. A., 1954, p. 174; António SARDINHA, *Da hera nas colunas, novos estudos*, Coimbra «Atlântida», Livraria Editora, 1928, p. 131; Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, ob. cit., pp. 204-205.

([57]) Não se ignora a influência dos clérigos em geral e das ordens religiosas — militares e hospitalares — em particular. Lembra-se o influxo dos Templários, Religiosos de Calatrava e Santiago e, especialmente durante o governo de D. Afonso Henriques, Cistercienses.

instrumento mais influente utilizado pela Cúria Romana para guiar os povos e conseguir a formulação e a execução do projecto político português. De facto, os cluniacenses, atendendo à sua organização, ao seu voto de obediência ao papa e ao seu prestígio internacional ([58]), foram utilizados ([59]) eficazmente pelos Sumos Pontífices para, nesse período, orientarem o poder, por vezes incómodo, dos imperadores, reis e bispos. A sua intervenção na Igreja e nas nações da Europa concretizou-se em muitos momentos nos quais, também por causa das qualidades de seus abades, os cluniacenses, com a Igreja Cristã, triunfaram. Por isso, por exemplo, na Alemanha, D. Hugo, em 1051, foi padrinho do filho de D. Henrique III, em 1072 acompanhou a imperatriz a Vormes, procurou apaziguar D. Rudolfo da Suábia, e reconciliou D. Henrique IV com o Papa D. Gregório VII; em Inglaterra D. Guilherme, *o conquistador*, pediu à Ordem de Cluny doze monges para bispos e afirmou apreciar mais a bênção do seu abade «do que a coroa de Inglaterra»; e em França, onde durante o século XII possuiu 2000 mosteiros, essa instituição permaneceu unida à monarquia dos Capetos e conseguiu do rei D. Clovis o mosteiro de S. Pedro de Moissac e do Papa Pascoal II a absolvição do rei D. Filipe I.

Na Península Ibérica, a Ordem de Cluny ajudou o rei de Navarra D. Sancho Garcês (1000-1035) e dos reis de Leão e Castela D. Fernando Magno (1037-1065) e D. Afonso VI, conseguiu a concórdia entre este rei e o Papa D. Gregório VII, e, especialmente na sua parte ocidental, ajudou a formar um novo Reino. Os cluniacenses, principalmente depois do monge D. Bernardo ter ascendido a Patriarca de Toledo e Primaz das Espanhas, ocuparam quase todas as dioceses da Península e serviram efi-

([58]) D. Odilão, abade de Cluny (séc. XI), foi respeitado e venerado em muitas cortes; e D. Hugo fortaleceu o ascendente internacional de sua Ordem.

Por isso, além dos indicadores apresentados no texto, o Papa Urbano II quando foi ao concílio de Clermont passou pelo mosteiro de Cluny e o Papa Pascoal II permaneceu nesta residência desde Dezembro de 1106 até Fevereiro de 1107 (Ver: Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, ob. cit., pp. 26-32).

([59]) Os cluniacenses não foram «instrumentos cegos» nas mãos do Papado. De facto, eles não se submeteram completamente a todas as suas determinações. Por exemplo, durante a resistência alemã ao decreto sobre as investiduras preferiram sempre «fórmulas de equilíbrio» e salvaram os interesses da Ordem e o prestígio do Papado (Ver: Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, ob. cit., pp. 24-26).

cazmente a Santa Sé. Por isso a Cúria Romana conheceu continuamente os problemas internacionais mais importantes e, de modo especial, orientou os movimentos de reconquista cristã e transformou a organização política peninsular.

O influxo da Ordem de Cluny evidenciou-se sobretudo apoiando o clero e os fiéis a imprimirem o espírito cristão na Reconquista e a orientarem os factores políticos existentes. Desta forma os cluniacenses facilitaram a autonomia da Igreja Portucalense e a independência política de Portugal. De facto, observou António Sardinha, a formação desta entidade política e o seu desmembramento do conjunto hispânico são inseparáveis da influência desses monges. Sob o seu impulso, D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, casou com D. Constança, sobrinha de D. Hugo; os condes D. Raimundo e D. Henrique — parentes dessa rainha e desse abade — entraram na Península, casaram com as filhas de D. Afonso VI e coligaram-se contra prejuízos possíveis na sucessão ([60]); e os cluniacenses bispos de Braga, D. Geraldo e D. Maurício Burdino, procuraram obter a autonomia da Igreja Portucalense.

Por isso, o Portugal recém-nascido e os seus primeiros governantes também ajudaram os cluniacenses e comprometeram-se a servir a Ordem de Cluny. De facto, D. Henrique deu aos monges D. Geraldo e D. Maurício respectivamente as dioceses de Braga e Coimbra; quando D. Maurício era arcebispo de Braga, entregou-lhe o Couto de Braga; e, em 1100, doou S. Pedro de Rates e todas as dízimas de linho, pão e vinho de seus territórios actuais e futuros ao mosteiro cluniacense de Santa Maria da Caridade (Auxerre — França). Nesta ocasião D. Henrique e D. Teresa expressaram claramente a vontade de, no dia do juízo final, comparecerem no tribunal de Jesus Cristo acompanhados dos religiosos desse mosteiro ([61]).

([60]) O Pacto Sucessório entre D. Henrique e D. Raimundo foi assinado na presença do cluniacense Dalmácio Grevet, representante do abade D. Hugo (ver: Alexandre HERCULANO, ob. cit., Vol. I, pp. 204-205; Luís Vieira de CASTRO, ob. cit., pp. 38-64).

([61]) D. Afonso Henriques chegou a convencer-se de que os cluniacenses prejudicavam a independência política do Condado Portucalense. Por isso extinguiu os seus mosteiros nos territórios sob o seu domínio.

c. *A França* ([62])

A formação política de Portugal também resultou do influxo da França. Naquele tempo os reis Capetos, cristãos e protectores da Ordem Beneditina de Cluny, em nome dos cristãos ameaçados pelos muçulmanos e solícitos aos apelos da Cúria Romana, dos cluniacenses e dos governantes de Leão e Castela ([63]), resolveram combater os infiéis e apoiar as cruzadas do Ocidente. Por isso compareceram na Península Ibérica os senhores e condes sobretudo de Aquitânia, Normandia e Borgonha, com contigentes militares para ajudarem os príncipes cristãos ameaçados e impedirem a expansão dos sarracenos.

Mas, naquela conjuntura, esses povos também pretenderam impedir o desequílibrio político regional e a formação de um Império Peninsular perigoso para a monarquia dos Capetos. A vinda para a Península Ibérica de D. Raimundo e D. Henrique, agentes indiscutíveis da transformação política desta Península, não foi um acto fortuito e nem uma acção isolada. Esta intervenção, observou Luís Vieira de Castro, foi um elo da cadeia antiga formada nesta região pela influência francesa para conseguir posições contrárias à formação de um império oposto ao reino dos Capetos ([64]).

Por isso os franceses também procuraram desmembrar o Condado Portucalense da monarquia de Leão e Castela. De facto, através das intervenções religiosa — realizada principalmente pelos monges de Cluny ([65])

([62]) Oliveira MARTINS, *História da civilização ibérica*, Lisboa, Guimarães Editores, 1973, p. 171; P. BOISSONADE, ob. cit., p. 12; Américo CASTRO, ob. cit., pp. 174, 176; Alexandre HERCULANO, ob. cit., pp. 192-196; A. Martins AFONSO, ob cit., pp. 62-63; Luís Vieira de CASTRO, ob. cit., pp. 22-40, 53-54, 60-61, 64-65; António SÉRGIO, *Bosquejo da história de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923, p. 13.

([63]) D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, atravessava uma conjuntura bastante difícil. Por isso procurou fortalecer os laços com o reino dos Capetos. Para isso casou com D. Constança, filha de D. Roberto, duque de Borgonha; e apoiou os casamentos de suas filhas D. Urraca e D. Teresa com os condes respectivamente D. Raimundo, filho de D. Guilherme, conde de Borgonha (ficou responsável pelo governo da parte setentrional da monarquia) e D. Henrique, irmão do duque de Borgonha (recebeu o encargo de governar o território portucalense).

([64]) Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portucal*, ob. cit., p. 22.

([65]) Os cluniacenses facilitaram a penetração das ideias e preocupações francesas. Oliveira Martins recordou o sinal francês na intervenção da Ordem de Cluny (ver: *História da civilização ibérica*, ob. cit., p. 171); Boissonade falou desta instituição como «agente da civilização... francesa» (ver: *Du nouveau sur la chanson de Roland*, ob. cit., p. 12); e Américo Castro lembrou o apoio dessa ordem à política do ducado de Borgonha unido por laços de parentesco (*La realidad histórica de España*, ob. cit., p. 174).

—, militar — efectuada durante as cruzadas especialmente pelas forças militarizadas —, e diplomática — concretizada sobretudo pelos emissários oficiais e fortalecida com os laços do matrimónio —, essas gentes também se esforçaram para que o embrião de Estado, chamado Condado Portucalense, se transformasse numa realidade política poderosa e se separasse do reino de Leão e Castela. Em 1087 D. Eudo I — duque de Borgonha, irmão de D. Henrique, primo de D. Raimundo e amigo de D. Filipe I de França — acompanhou os condes D. Raimundo e D. Henrique em visita à rainha D. Constança. Nesta ocasião, e sob o seu impulso, foi combinado o casamento de D. Raimundo com D. Urraca e de D. Henrique com D. Teresa, futura interveniente no governo da monarquia. O Pacto Sucessório, como afirmámos assinado pelos dois condes para eliminarem as dificuldades opostas à sucessão no reino e segundo Luís de Castro tendente à independência política da parte ocidental da Península, também foi elaborado e rubricado sob a influência dos franceses (66). Estes, observou Américo Castro, procuraram realizar em Castela o efectuado em Inglaterra — instaurar uma dinastia estrangeira — mas, especialmente por causa das dificuldades inerentes à luta contra o Islão e ao poder dos castelhanos, não conseguiram concretizar o seu projecto (67). Por isso apoiaram decididamente a independência do Condado Portucalense e a formação política de Portugal.

d. *Os reinos cristãos do Norte da Europa* (68)

A formação política de Portugal também se deveu à intervenção vigorosa e insistente dos povos do Norte da Europa. Estes, como os franceses, responderam corajosamente aos apelos da Cúria Romana e dos reis cristãos da Península Ibérica, os quais, sobretudo depois da Batalha de Zalaca e de surgirem os pedidos do Imperador de Constantinopla, os impeliram a lutar contra o Islão. De facto, recordámos nas páginas precedentes, a

(66) Luís Vieira de CASTRO, *A formação de Portugal*, ob. cit., pp. 40, 60, 61; Martins AFONSO, ob. cit., p. 63.

(67) Américo CASTRO, *La realidad histórica de España*, ob. cit., p. 176.

(68) Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 104-107; António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, pp. 32-33; Américo CASTRO, *La realidad histórica de España*, ob. cit., pp. 650-651; Luís Vieira de CASTRO, ob cit., p. 32.

vitória dos muçulmanos em Zalaca preocupou muito a Cristandade. Por isso, a partir de então multiplicaram-se os apelos da Igreja e compareceram muitos cavaleiros na Península! Naquele tempo os cristãos da Europa, apesar de estarem divididos politicamente, permaneciam unidos pela fé e inimizade dirigidas contra os inimigos declarados da religião cristã e avançavam com alegria e coragem sobre os lugares dominados ou em perigo de serem subjugados pelos infiéis.

Por isso os cristãos do Norte da Europa, respondendo favoravelmente aos emissários cristãos do Reino Português ([69]), também ajudaram vigorosamente as forças portuguesas a combater os muçulmanos, conquistarem territórios aos mouros e robustecerem a independência política de Portugal. Na verdade, os Templários apoiaram a aquisição de Santarém (15 de Março de 1147); e os cruzados de diferentes nacionalidades facilitaram a conquista de Lisboa (25 de Outubro de 1147), Castelo de Alvor (Primavera de 1189), Silves (Setembro de 1189) e Praça de Alcácer (21 de Outubro de 1217). Por estes motivos os portucalenses consideraram-nos «aliados naturais» para aumentarem o território nacional e fortalecerem a sua independência política. Por isso, parafraseamos António Sérgio, gentes variadas vindas do mar apoiaram a formação política de Portugal e os portugueses são «uma cunha europeia... introduzida na... população ibérica» ([70]).

([69]) A cooperação dos povos do Norte da Europa no fortalecimento da independência política de Portugal foi preparada cuidadosamente. De facto, D. Afonso Henriques quando se aproximaram os cruzados embarcados em Dartmouth (24 de Maio de 1147) a caminho do Oriente, pediu a D. Pedro Pitões, bispo do Porto, que lhes solicitasse o apoio para conquistar Lisboa; em 1151 D. Gilberto, bispo de Lisboa, foi à Grã-Bretanha buscar cruzados para ajudar D. Afonso Henriques a cercar Alcácer; em 1163 o bispo de Lisboa foi a França pedir a Luís VII o auxílio necessário a D. Afonso Henriques; em 1217 (10 de Julho), quando chegaram a Lisboa cruzados da V Cruzada, os bispos de Lisboa e Évora, o abade de Alcobaça e o comendador de Palmela foram encarregados de lhes pedirem a conquista de Alcácer para Portugal (ver: Miguel de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, ob. cit., pp. 104-107).

([70]) Ver: António SÉRGIO, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, ob. cit., pp. 32-33; *Breve interpretação da história de Portugal*, ob. cit., pp. 15-16.

CONCLUSÃO

Os agentes externos intervieram notavelmente na formação política de Portugal ([71]). Estes factores apresentaram-se na Península Ibérica impelidos por preocupações cristãs, missionárias e políticas, para a cristianizarem e defenderem do inimigo comum e, na sua parte ocidental, a transformarem religiosa e politicamente. As páginas precedentes evidenciaram o resultado positivo da sua intervenção. Por isso, concluímos, a elaboração e o fortalecimento do projecto político concretizado na formação política de Portugal são inseparáveis dos factores exógenos, acentuadamente cristãos. Naquela conjuntura, Portugal, agente importante da Europa e da Cristandade, sem esses impulsos, ainda que para isso tivesse surgido outro projecto político, não teria chegado a ser um Estado Independente.

Manuel Gonçalves Martins

Presidente do Conselho de Cursos de Ciências Económicas e Sociais
Director dos Cursos de Relações Internacionais da Universidade do Minho

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

— AFONSO, A. Martins, *História da civilização portuguesa,* Porto-Lisboa.
— ALBORNOZ, Sanchez, Portugal un azar histórico, em: *España, un enigma histórico,* 1957.
— ALBUQUERQUE, Martin de, *A consciência nacional portuguesa,* Vol. I, Lisboa, 1974.
— BOISSONADE, *Du nouveau sur la chanson de Roland,* Paris, 1923.
— CARVALHO, Joaquim de, *A cultura castreja. Sua interpretação sociológica,* separata do n.º 99 da revista *Ocidente,* Lisboa, 1946.
— CASTRO, Américo, *La realidad histórica de Espãna,* México, Editora Porrua, S. A., 1954.
— CASTRO Luís Vieira de, *A formação de Portugal,* Funchal, Tipografia Esperança, 1938.
— CORREIA, Mendes, *Os povos primitivos da Lusitânia. Geografia, arqueologia, antropologia,* Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, 1924.
— CORTESÃO, Jaime, *Os factores democráticos na formação de Portugal,* Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
— CORTESÃO, Jaime, *Os descobrimentos portugueses,* Vol. I, Lisboa, Livraria Horizonte, 1975.

([71]) Não se nega a influência dos factores sócio-geográficos e a intervenção dos impulsos expressos na actuação das pessoas. Mas, afirmamos, estes agentes foram condicionados decisivamente pelos factores exógenos.

— ERDMANN, Carl, *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa,* Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

— GIRÃO, Amorim, Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal, em: *Biblos,* revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XI, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1935.

— HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal (desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III),* Tomo I, Lisboa, em Casa da Viúva Bertrand e C., MDCCCLXXV.

— MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força.* Estudo de geopolítica, Instituto da Defesa Nacional, Edição da revista *Nação e Defesa.*

— MARTINS, Manuel Gonçalves, *A evolução do império português e a conjuntura internacional,* Universidade do Minho, Dissertação para as provas do doutoramento em Relações Internacionais, 1983.

— MARTINS, Oliveira, *História de Portugal,* Lisboa, Guimarães Editora, 1972.

— MARTINS, Oliveira, *História da civilização Ibérica,* Lisboa, Guimarães Editora, 1973.

— OLIVEIRA, Miguel de, *História da Igreja,* Lisboa, União Gráfica, 1952.

— OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal,* Lisboa, União Gráfica, 1948.

— ERICEIRA, Conde, de, *História de Portugal Restaurado,* Vol. I, Porto, Livraria Civilização 1945.

— PERES, Damião, *Como nasceu Portugal,* Porto, Portucalense Editora, 1970.

— PIMENTA, Alfredo, *Elementos da história de Portugal,* Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

— PIMENTA, Alfredo, *A fundação e a Restauração de Portugal,* Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Guimarães, composto e impresso no Centro Tip. Colonial, 1940.

— RIBEIRO, Orlando, *La formation du Portugal,* Conférence, Bruxelles, 1939.

— SAMPAIO, Alberto, *Estudos históricos e económicos,* Vol. I, Porto, Livraria Chardron, 1923.

— SARDINHA, António, O território e a raça, em: *Questão Ibérica,* Lisboa, 1916.

— SARDINHA, António, *Da hera nas colunas. Novos Estudos,* Coimbra «Atlântida», Livraria Editora, 1928.

— SÉRGIO, António, *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal,* Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

— SÉRGIO, António, *Breve interpretação da história de Portugal,* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1976.

— SÉRGIO, António, *Bosquejo de história de Portugal,* Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923.

— *Encyclopaedia Universalis,* Vol. 13, França, 1972.

— *Estratégia,* Vol. II, coordenação de Adriano Moreira e Pedro Cardoso, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1991.

— *Portugal e os portugueses. Raízes e horizontes,* Seminário de Verão. Programa, Braga, Universidade do Minho, 1983.

— *Realités portugaises,* Edition du journal *Diário de Lisboa.*